

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.678.469 - SP (2017/0140526-5)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : PAULINO HISATO KUDAMATSU  
ADVOGADO : MARIANO JOSÉ DE SALVO E OUTRO(S) - SP195092  
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DECISÃO**

*ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR. EX-FERROVIÁRIO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. EQUIPARAÇÃO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ATIVA DA CPTM. SÚMULA 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL DO SERVIDOR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

1. Trata-se de Recurso Especial interposto por PAULINO HISATO KUDAMATSU, com base na alínea *a*, inciso III do art. 105 da Constituição Federal, objetivando a reforma do acórdão do TRF da 3a. Região, assim ementado:

*DIREITO PROCESSUAL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO LEGAL. ART. 557, § 1o., CPC/1973. EX-FERROVIÁRIO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. EQUIPARAÇÃO COM OS FUNCIONÁRIOS DA ATIVA DA CPTM. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO LEGAL IMPROVIDO.*

1. *A decisão agravada está em consonância com o disposto no art. 557 do CPC/1973, visto que supedaneada em jurisprudência consolidada desta E. Corte.*

2. *As razões recursais não contrapõem tal fundamento a ponto de demonstrar o desacerto do decisum, limitando-se a reproduzir argumento visando à rediscussão da matéria nele contida.*

3. *Agravo improvido (fls. 220).*

2. Em seu Apelo Especial, sustenta a parte recorrente violação do art. 118 da Lei 10.233/2001, ao argumento de que faz jus à equiparação da remuneração de aposentadoria à remuneração dos funcionários da ativa, ainda que tenha se aposentado pela CPTM para fins de fixação do benefício de complementação.

3. É o relatório.

# Superior Tribunal de Justiça

4. O Tribunal de origem assim consignou sobre o pagamento da complementação da aposentadoria da ora recorrente:

*Como se observa, restou garantido o direito à complementação da aposentadoria ou equiparação com remuneração do pessoal da atividade da extinta RFFSA.*

*Com efeito, infundada a pretensão da parte autora de equiparação de vencimentos com o pessoal da ativa da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, sendo de rigor a improcedência do pedido, consoante disposições do artigo 27 da Lei 11.483/07 e do artigo 118 da Lei 10.233/01.*

*(...).*

*Desta forma, em virtude de desligamento por demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do último empregado ativo oriundo da extinta RFFSA, os valores previstos nos respectivo plano de cargos e salários passarão a ser reajustados pelos mesmos índices e com a mesma periodicidade que os benefícios do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, continuando a servir de referência para a paridade de remuneração prevista nas Leis 8.186/91 e 10.478/02 (fls. 193/194).*

5. Assim, o Superior Tribunal de Justiça entende que a alteração das conclusões firmadas no voto condutor, para reconhecer o direito de obter a complementação de aposentadoria com base nas tabelas salariais da CPTM, encontra óbice no teor da Súmula 7/STJ. A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. EX-FERROVIÁRIO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 8.186/1991. TABELA DA RFFSA. TRENSURB. OPÇÃO DO APOSENTADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

2. *O Tribunal de origem, ao analisar o presente caso, com base no conjunto fático-probatório, concluiu que o agravante firmou termo de opção em que expressamente declara estar de acordo em receber a complementação de aposentadoria tendo como referência a tabela salarial da RFFSA.*

3. *Deste modo, rever a decisão do Tribunal de origem, demandaria o necessário revolvimento de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do constante na Súmula 7/STJ.*

4. *Agravo interno não provido* (AgInt no REsp 1.628.827/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 13.3.2017).

2 2 2

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. OPÇÃO DE RECEBIMENTO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA DE ACORDO COM A RFFSA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DEMONSTRAÇÃO DE SIMILITUDE FÁTICA. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.*

*II – In casu, rever o entendimento do tribunal de origem, que consignou que o Recorrente firmou termo de opção, declarando consentir em receber a complementação de aposentadoria de acordo com as regras da RFFSA, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula 7/STJ.*

*V – Agravo Interno improvido* (AgInt no REsp 1.604.771/RS, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 6.10.2016).

6. Ante o exposto, nega-se provimento ao Recurso Especial do Servidor.

7. Publique-se.

8. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR